

ATO RECOMENDATÓRIO Nº 014/2024

EMENTA: Responsabilidade do Fiscal de Contrato nos Limites da Administração Pública.

CONSIDERANDO que a Unidade Central de Controle Interno (UCCI), fundamentada nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, e na Resolução nº 227/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, tem no exercício do controle interno, também a atuação de caráter preventivo e concomitante, voltada tanto para a inibição e correção de atos, como auxiliar a gestão pública.

CONSIDERANDO que o Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, elenca os princípios inerentes à Administração Pública, que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

CONSIDERANDO que a nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC), Lei nº 14.133/2021, elenca em seu §3º do artigo 7º, **as atribuições de assessoramento ao fiscal de contrato por esta Unidade de Controle Interno**, ao dispor: *"O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual."*

CONSIDERANDO que a NLLC atribui maiores responsabilidades ao fiscal de contratos, confirmando-o como participe essencial da gestão contratual, com vistas ao bom uso do dinheiro público.

CONSIDERANDO que a **atividade de fiscalização é uma forma de controle específico da execução do contrato para, dentre outras finalidades, subsidiar e comprovar a regular liquidação da despesa.**

CONSIDERANDO que os fiscais de contrato possuem RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA e devem colaborar com a administração e cumprir suas responsabilidades com urbanidade, probidade, fidelidade e eficiência, exercendo suas funções sem envolvimento pessoal e evitando que a administração sofra prejuízo em razão dos contratos celebrados.

CONSIDERANDO que os fiscais de contrato possuem RESPONSABILIDADE PENAL e a falta cometida pelo servidor pode ser capitulada como crime de peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação, dentre outros.

CONSIDERANDO que os fiscais de contrato possuem RESPONSABILIDADE CIVIL e a execução irregular do contrato, quando comprovado o dano ao erário, o gestor e o fiscal podem ser chamados a ressarcir os cofres públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ICONHA
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

CONSIDERANDO ainda que, o Tribunal de Contas da União (TCU) estabeleceu algumas diretrizes a serem observadas pela administração quando da designação de servidores para exercer a função de fiscal de contrato por meio do Acórdão 1.094/2013 – Plenário.

Assim, a Unidade Central do Controle Interno do Município de Iconha/ES

RECOMENDA

Por tudo quanto exposto, fica patente a necessidade de se dar mais atenção à atividade de fiscal de contratos, OBSERVANDO:

- a) A **expedição de ato para nomeação/designação** dos representantes, constando as atribuições do fiscal;
- b) Que seja, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;
- c) Que o servidor designado tenha **capacidade técnica** para verificar o cumprimento do objeto pactuado;
- d) O **princípio da segregação de funções de gestão e de fiscalização do contrato**, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação;
- e) A necessidade de acompanhamento dos trabalhos de fiscalização;
- f) A **atribuição do fiscal do contrato, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato**, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- g) **Não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco**, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil;

Iconha/ES, 16 de abril de 2024.


TATIANA SARTÓRIO ROCHA

Controladora-Geral
Decreto 7.705/2024